



MUST
UNIVERSITY
FLORIDA - USA



Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos) – parte 2





Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos) – parte 2

Conteúdo organizado por **Marcela Feitosa** em 2023 do livro **Direito Internacional Público e Privado - 14ª Edição**, publicado em 2021 por **Paulo Henrique Gonçalves Portela**, Editora **Juspodivm**.

Objetivos de Aprendizagem

- Conhecer os direitos humanos dispostos no pacto de São José da Costa Rica.

Introdução

A Convenção Americana de Direitos Humanos tem um rol extenso de garantias e direitos individuais, nesta aula trataremos de algumas garantias processuais e peculiaridades desta convenção. O pacto de São José da Costa Rica vem para selar e solidificar os direitos decorrentes da dignidade da pessoa humana, sem distinção de nenhuma característica. Sob a ótica da Convenção o indivíduo é visto tão somente como um ser humano.

Saiba Mais

Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos)

Canal: Prof. Ronaldo Júnior

Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Am...
 CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
 PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA

INSTITUÍDO PELA OEA 1969

APROVADO PELO CONGRESSO DA COSTA RICA 1992

APROVADO E COM STATUS SUPRALEGAL

PREVÊ DIREITOS

- CIVIS E POLÍTICOS
- SOCIAIS, ECONÔMICOS, CULTURAIS

Assistir no YouTube

Link: <https://youtu.be/HqhraCKEG_Y>. Acesso em 10 fev. 2023.

GARANTIAS CONTIDAS NO PACTO DE SÃO JOSÉ

As garantias judiciais encontram-se consagradas no pacto nos artigos 8 e 10, são esses:

- a. Direito do acusado de se defender pessoalmente ou ser assistido por um defensor da sua escolha;
- b. Direito de comunicar-se livremente e em particular com seu defensor;
- c. Direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo estado, segundo a legislação interna;
- d. Direito ao julgamento dentro de um prazo razoável;
- e. Imparcialidade dos órgãos julgadores;
- f. Igualdade das partes;
- g. Presunção de inocência;
- h. Publicidades dos atos processuais;
- i. Contraditório a ampla defesa;
- j. Direito de não produzir prova contra si;
- k. Direito ao duplo grau de jurisdição;
- l. Princípio da legalidade e irretroatividade da lei penal;

Ressalta-se que dentre estas garantias, somente o direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior (Direito ao duplo grau de jurisdição) não encontra respaldo constitucional na carta magna brasileira, porém o Supremo Tribunal Federal (STF), entendeu que esta garantia é parte da noção de garantia do devido processo legal. O direito do indivíduo a não produzir prova contra si mesmo foi reiterado pelo Tribunal Superior do Trabalho, na ocasião em que vetou o uso do polígrafo (detector de mentiras) nas relações trabalhistas.



Segundo Portela (2022), nos artigos 11 a 16 e 22, o pacto de São José da Costa Rica tutela a proteção a vida privada e os direitos a liberdade religiosa, de expressão, de reunião, de associação dentre outros direitos que também estão previstos no Pacto dos Direitos Civis e Políticos. Sabe-se que em relação a tutela desses direitos inclui a possibilidade de imposição de limites a todas essas modalidades de direitos.



Saiba Mais

Pacto de São José da Costa Rica (direito à vida) - Professora Elisa Moreira

Canal: Curso EMDELTA



Link: <<https://youtu.be/xx5M5GmTEOE>>. Acesso em 10 fev. 2023.

As peculiaridades do Pacto de São José da Costa Rica incluem a liberdade de expressão, que previne a censura prévia, exceto com o objetivo exclusivo de promover, segundo Portela (2022), 'a proteção moral da infância e da adolescência'. O Direito a liberdade de expressão previsto no artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos vinha levando a descriminalização do crime de desacato a autoridade. Hoje, depois de diversos questionamentos e posicionamentos das Cortes superiores, resta mantido o crime de desacato, cuja existência não viola a liberdade de expressão.

CLÁUSULA FEDERAL

Segundo Portela (2022), nos artigos 11 a 16 e 22, o pacto de São José da Costa Rica tutela a proteção a vida privada e os direitos a liberdade religiosa, de expressão, de reunião, de associação dentre outros direitos que também estão previstos no Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos. Sabe-se que em relação a tutela desses direitos inclui a possibilidade de imposição de limites a todas essas modalidades de direitos.

Em Resumo

Por fim, deduz que o pacto de São José da Costa Rica é um dos tratados mais importantes para o Brasil. O rol de direitos e garantias elencados por este tratado é enorme e não foi exaurido nesta aula, mas o visto aqui foi o suficiente para notar a sua relevância jurídica na promoção dos direitos Humanos.



Na ponta da língua



Referências Bibliográficas

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado: Incluindo Noções de Direitos Humanos e de Direito Comunitário**. Salvador: JusPODIVM, 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 20 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.





LIVRO DE REFERÊNCIA:

Direito Internacional Público e Privado - 14ª Edição

Paulo Henrique Gonçalves Portela

Editora Juspodivm, 2021.



MUST
UNIVERSITY
FLORIDA - USA